

O Enigma da Coroa Fechada (as Insígnias do Poder) *

BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER **

§1.º Intróito: As representações do poder – coroa aberta e coroa fechada em Portugal e na Europa

1. As representações do poder e da identidade das nações nunca são coisa pequena (na invocação da “Mensagem” pessoana, *benedictus dominus Deus noster qui dedit nobis signum*) e por isso parece importante saber quando em Portugal se substituiu a

JURISMAT, Portimão, n.º 7, pp. 29-58.

* Este texto destina-se aos *Estudos em homenagem ao Dr. Rui Machete*. Nesta obra de homenagem ao ilustre colega de claustro da Faculdade de Direito da Universidade Católica, nela doutor *honoris causa*, e também – “malhas que o império tece” – ao antigo camarada de armas (como *in illo tempore* dizíamos por graça), talvez não seja de todo inapropriada uma *dedicatio* explicativa, sugerida pelas responsabilidades actuais do Doutor Rui Machete, Ministro dos Negócios Estrangeiros. De facto, o presente texto está ligado à antiga e valorosa afirmação de Portugal e às intrincadas relações da nossa Pátria com os poderes do Mundo: também por isso termina com um apelo para o conhecimento e preservação de documentos para o efeito valiosos. Sendo um texto dessa índole, tem ainda assim ao que me parece os suficientes traços jurídicos para não deslustrar da companhia. Explicando um pouco mais: este arremedo de investigação deparou-se-me quando olhei com atenção o frontispício das “Leis extravagantes” dedicadas ao Rei desejado e compiladas por Duarte Nunes de Leão, obra que tive há meses a curiosidade de adquirir. Verifiquei que aí se encontrava já a coroa fechada, alguns anos antes da data até hoje atribuída a tal facto, de decisiva importância simbólica entre as potências da Europa. Para o resto, cavei mais um pouco e desculpem-me aqui os historiadores de formação, por este jurista profano revolver os mesmos sulcos e escavar na mesma vinha...Espero também que não choquem alguns arcaísmos doseados com termos modernos, assíncronos com o narrado, e sobretudo se perdoe a coloquialidade do estilo para tratar de assunto tão alevantado, pois ressoa ainda em mim a linguagem dos cronistas que tantas vezes escrevem, sussurrando: “como contámos e tendes ouvido ...”.

** Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

coroa aberta pela cerrada. Do pouco sobre o que os historiadores são unânimes quanto ao nosso desventurado Rei D. Sebastião é ter sido ele o primeiro a cerrar a coroa, ao que se costuma ligar o ter sido também o primeiro a receber o tratamento de majestade, substituindo assim a coroa aberta e de pontas e o tratamento da alteza que seus avós tinham auferido. Quanto à coroa cerrada,¹ temos um problema de razão e de datação, que designarei pelo “enigma da coroa fechada”.

2. O que se tem dito da introdução da coroa fechada, juntando tal a um projecto de D. Sebastião de com ela se coroar imperador de Marrocos, sempre me mereceu desconfiança. Ocasionalmente, o olhar curioso sobre as nossas antigas leis – no caso a compilação de Duarte Nunes de Leão – levou-me a concluir que tal acontecera muito antes de o Rei poder pensar seriamente na empresa marroquina. Mas, se é bem possível que na coroa fechada tenha havido um “feitiço de império”,² parece mais que se tratou de afirmar a perfeição das armas de Portugal,³ que as não deixasse atrás das espanholas, francesas ou inglesas. Também, para assim se afirmar o engrandecimento do poder real. Aqui fica o que se me oferece a este propósito dar razão.

3. Entendamo-nos: coroa aberta, círculo com florões ou com denteado; coroa fechada, círculo coberto por arcos encimados, ou não, por pomo ou cruz.⁴ Diz-nos GIEYSZTOR⁵ que, mais que uma mudança de estilo ou moda, “nos diferentes Estados europeus, a forma da coroa real sofreu, entre os séculos XV e XVII, toda uma série de transformações. Esta insígnia que, depois do século XII, consistia, geralmente num círculo decorado com flores⁶ – tendo assim uma forma aberta – fechou-se no alvor da época moderna por meio de arcos cruzados e coroados de um globo encimado por uma cruz”. Como afirma o mesmo autor na Europa latina desde o

¹ No que se refere ao tratamento de majestade, a ocasião e a data não são discutidas: nas célebres “vistas” de Guadalupe entre Filipe II e D. Sebastião no final de 1576, o Rei de Espanha dá ao nosso Rei o tratamento de “majestade”, quando o tratamento usado até então era “alteza”. V., *infra*, notas 24 e 46.

² Perdoe-se-me o anacronismo ao aludir à filmografia do último ciclo do império...

³ Alude-se, não inteiramente a despropósito, ao belíssimo *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, dirigido a D. João III, por António Godinho.

⁴ MICHEL (François), “Le pouvoir royal et l’introduction en France de la Couronne fermée”, em *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1962, vol. 106, 2, 404 (disponível também na internet).

⁵ GIEYSZTOR, Alexander, “*Non habemus Caesarem nisi regem*”: La couronne fermée des rois de Pologne à la fin du XV^eme et au XVI^eme siècle», *Bibliothèque de l’école des chartes*, année 1969, Volume 127, pp. 5-26. O texto está disponível na internet. O autor segue de perto MICHEL, no texto que indicámos na nota anterior.

⁶ Diríamos de outra maneira, já que podiam ser mais espinhos que flores, porque o denteado triangular que sobrepujava o círculo pôde ter o significado de vértice em que nada se poderia assentar. Assim, o texto disponível na internet de SOARES DE ALBERGARIA (António), *Resposta a certas objecções sobre os tropheus lusitanos* (Lisboa, 1634), p. 4 (não se pode resistir a evocar a célebre frase de Talleyrand: podemos fazer tudo com as baionetas, menos sentarmo-nos nelas).

século XII tinha-se difundido a ideia de que a coroa aberta era própria dos reis e a fechada uma insígnia imperial.⁷

4. Tal seria uma “mensagem, plena de significado”.⁸ O que hoje, para alguns, parece pouco mais que pueril teve outrora apreço ilimitado e correu por elo muito sangue. Os símbolos e representações do poder têm ainda importância,⁹ e mesmo no pragmático Ocidente de hoje se jura e morre pela bandeira.¹⁰ No século XVI, os escudos de armas e sua decifração eram supremamente relevantes, sobretudo quando se tratava de afirmar a potência de um país e a plenitude do poder real.¹¹ Não era pois apenas algo de estético e sugestivo. À semelhança do que está esculpido nos Jerónimos, o belíssimo escudo português tão usado por D. Manuel,¹² com elmo e grifo e os exuberantes panejamentos do paquife, devia ter feito sonhar o jovem cavaleiro D. Sebastião, e dele fez uso muitas vezes no seu reino, como mostraremos nas gravuras que seguem.¹³ Mas a verdade é que foi no seu reinado que se lo mudou pela coroa fechada e não se duvida muito que tal tenha sido feito deliberadamente.¹⁴ Melhor: tal representou por certo o culminar de um processo de que se foi ganhando consciência.

⁷ Ob. cit., p. 6.

⁸ GIEYSZTOR, cit. 5 ss, referindo a importância do simbolismo do poder supremo. Também J. CASQUILHO, *Revista Triplov*, “Das armas de Portugal” (2010), disponível na internet.

⁹ Entre nós e neste preciso tema, v. J. CASTILHO, que escreveu textos importantes que podem ser consultados na internet “A metamorfose das armas do rei de Portugal na dinastia de Avis”, disponível na internet, e na *Revista Triplov*, “Das armas de Portugal”, já cit..

¹⁰ Lembro que os símbolos nacionais constam da Constituição, e são juridicamente protegidos, cabendo também protecção jurídico-penal aos símbolos estrangeiros e mesmo aos regionais.

¹¹ Cfr., por exemplo, sobre a mudança das armas reais, RAMADA CURTO, na *História de Portugal*, III vol, dir. por Matoso, (Lisboa, 1993), 365 ss.

¹² Adoptado em armas reais desde D. Afonso V, quanto vimos. São também assim desenhadas as armas do Rei de Portugal e da família real constantes do *Livro da perfeição e nobreza das armas*. No *Livro do armeiro mor*, as armas dos Reis europeus são também encimadas por elmos coroados com coroa aberta. Para além das naturais fantasias dos artistas e outras modas, com que há sempre que contar, não se pode deixar de encontrar padrões que denunciam regras, sobretudo em textos desta natureza.

¹³ O escudo com elmo, paquife e grifo, praticamente igual ao do século XV, foi recuperado em meados do século passado e apareceu como insígnia em muitos departamentos do Exército e..., como se fossem “padrões de juro”, nos certificados de aforro. Mesmo sabendo que tal recuperação foi relativamente recente, a constância é assinalável num país em que as designações, insígnias e logótipos duram ainda menos que os governos!

¹⁴ Ainda que, como se verá, a coroa fechada apareça mesmo antes do governo efectivo de D. Sebastião.

5. O que é facto é que essa representação, muito usada ainda depois da maioridade de D. Sebastião, é alternada por outra de mais sóbrio escudo com coroa, que a partir de certo momento aparece fechada. Coexistem, assim, durante todo o reinado e nos seguintes, as coroas abertas e fechadas. Sendo que na decifração iconográfica deve contar-se sempre com a fantasia dos artífices,¹⁷ a forma da coroa é tema demasiado importante para que se nele não atente. Ainda que se encontrem representações diferentes, a coroa fechada foi de uso privativo do Imperador, desde Carlos Magno e depois nos Imperadores do sacro império, como é fácil de ver na sumptuosa ilustração do Livro do Armeiro Mor. A coroa fechada correspondera internacionalmente a uma ideia de império¹⁸ e por isso muitos detectam esse fecho no tempo de D. Sebastião como uma exaltação da ideia imperial,¹⁹ certamente acalentada e simbolicamente realizada pelo “Rei menino que se foi aos mouros”. E muitos apontam a arrancada de África em que o Desejado, na sua vaidade, se queria ver coroado imperador de Marrocos, o que julgo muito duvidoso (§3.º). A ideia não é tanto a de império, mas a de soberania plena (“*Rex imperator in regno suo*”).

6. De facto, há aspectos que julgamos de considerar: a coroa fechada corresponde à ideia de plenitude do poder soberano. A coroa cerrada é em si um absoluto e, sobretudo, marca em muitos países uma emancipação de qualquer suserania estrangeira real ou simbólica (§2.º).

7. Parece provável um efeito de imitação, sobretudo com as armas dos reis franceses e ingleses e também de Espanha. Voltaremos ao tópico no § 4.º, mas entretanto dir-se-á o seguinte. Relativamente a Espanha a situação é equívoca. Como Carlos V era

¹⁷ Ou mesmo dos autores heraldistas. No livro *Tropheos Lusitanos*, de ANTÓNIO SOARES ALBERGARIA, nas gravuras das armas exhibe-se uma coroa com quatro meios arcos e legenda: “armas del rey D. Manoel e seus successores, por emperadores do oriente, reys deste reyno, e reys tributários de África”, o que confirma na *Resposta a certas objecções sobre os tropheos lusitanos*, de 1634 (p.4). As armas atribuídas fantasiosamente a D. Manuel são aliás idênticas às que haveriam de surgir na restauração com D. João IV, seis anos depois. O autor da *Resposta* parece pretender deixar-nos outra notícia: a de haver um problema heráldico quando a coroa (aberta) sobrepuja um elmo... Mas desde já confesso que só tenho noções elementares de heráldica e para este ponto seria importante saber mais...

¹⁸ Estava, de facto, difundida a ideia de que a coroa imperial era uma coroa fechada. Assim, GIEYSZTOR, ob. cit., 7 e MICHEL, ob. cit., 407 ss. Diga-se, contudo, que a coroa imperial não era muitas vezes uma simples coroa fechada, mas representava-se como tiara, ou mitra, como a do *triregnum* dos papas, como se pôde mostrar no lindíssimo fresco de Pintorichio que ilustra o recebimento da nossa Infanta pelo Imperador Frederico (reproduzido no nosso *Retratos ignorados de D. Sebastião*, ed. Principia, 2008, p. 68-9). Nas belas estampas da “Perfeição das Armas” podereis ver isso mesmo: ainda que fechada temos uma coroa imperial em mitra. O mesmo no “Livro do Armeiro-Mor”, em que tal coroa aparece muitas vezes forrada, o que viria a acontecer mais tarde nas representações das coroas fechadas que encimavam as armas dos países.

¹⁹ Cfr. um conjunto de testemunhos em TEIXEIRA PINTO, *Do direito ao império em D. Sebastião* (Lisboa, 1985).

Imperador germânico, as armas de Espanha, (unificada com Leão, Castela, Aragão, e também Navarra cispirenaica, incorporada em Aragão), aparecem muitas vezes de coroa aberta.²⁰ De facto, o Imperador da Casa de Áustria, com a sua tiara imperial, era soberano comum de Espanha e dos vários estados que restavam do Sacro-Império. De qualquer modo, tanto quanto lemos, já com os pais de Carlos V se encontra a coroa fechada²¹ e há armas espanholas do tempo do Imperador também com a coroa cerrada. Depois de dividido o império, Filipe II passa a usar o complicado brasão com as armas de Leão, Castela, Aragão, etc. (e, depois, Portugal²²), num conjunto culminado por uma coroa fechada.²³ Voltaremos ao assunto.

8. Mas, deixando por agora a Espanha, sendo que o ponto é fundamental, já que D. Sebastião, se tolerava mal nos ascendentes a política pró-espanhola (da avó e da própria mãe princesa D. Joana, aliás regente de Espanha no interlúdio inglês de Filipe), ainda menos aceitava a dominação do tio, tantas vezes armado em chefe de família²⁴, olhemos para a França e para a Inglaterra.

9. A coroa inglesa passa a ser fechada em 1399.²⁵ Mas não sabemos se a forma da coroa teve expressão europeia, já que a vemos aberta, aliás como a dos reis de França, no belíssimo desenho do *Livro da perfeição das armas* da Torre do Tombo.

²⁰ Tanto quanto se pôde averiguar, os avós de Carlos V, os Reis Católicos Fernando e Isabel, usam armas com a coroa aberta.

²¹ Refere-se uma bandeira que chegou aos nossos dias bordada por Joana, a Louca, mãe de Carlos V, bandeira que apresenta a coroa fechada. Ver, no texto, onde se verifica que a coroa aberta co-existe com a fechada.

²² V., na matéria, BOUZA ÁLVAREZ, “Retórica da Imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II”, *Penélope. Fazer e desfazer história*, 4, 1989 (disponível na internet). A partir de Filipe II (I de Portugal) as armas portuguesas são encimadas normalmente por coroas fechadas, nas moedas, selos e frontispícios de livros, muito embora não seja raro também encontrar representações com coroa aberta. Não deixa de ser curioso notar que numa gravura do livro de Lavanha que descreve a viagem de Filipe III (II de Portugal) em 1622, ainda que bastantes anos depois, aparece num dos arcos triunfais (o dos ourives) uma efigie do pai, Filipe “O Prudente” com duas coroas abertas, uma de Portugal e outra de Castela, reunidas no mesmo soberano. O conjunto está ornado por colunas com as armas de Portugal e de Castela, de cada lado, ambas encimadas por coroas, agora fechadas, para além de legenda de apelo à união pessoal das duas coroas. Aliás, nestes arcos triunfais reproduzidos na obra aparecem várias vezes as armas portuguesas, umas com a coroa fechada, outras aberta.

²³ Cfr. *infra*, nota 93.

²⁴ A sobrançeria de Filipe II no início do reinado de D. Sebastião foi substituída por uma cuidadosa deferência, de que o nosso Rei desejado não parecia prescindir e de que há eco nas “vistas” de Guadalupe.

²⁵ MICHEL, ob. cit., 405; GIEYSZTOR, ob. cit., p. 7. Tal aconteceu com alternâncias, aliás providas de significado, fixando-se em fechada no final do séc. XV. De qualquer modo, segundo o último autor, tal ocorreria como manifestação de dignidade e esplendor, mas não uma precedência sobre os outros reis (p. 8).

10. A coroa fechada, em que os bicos flordelizados da coroa de S. Luís desabrocham encimados por arcos, usa-se em França desde 1519. Diz-se que com a candidatura de Francisco I na disputa da eleição do imperador,²⁶ mas em determinadas fontes encontra-se que tal tem precedentes desde o final do séc. XIV e, de qualquer modo, havendo embora co-existência com a coroa aberta, vai-se generalizando ao longo do séc. XVI.²⁷ Aparece como hipótese que há também por trás o sentimento de que o Rei de França não pareça inferior em poder ao Rei de Inglaterra, cujos antepassados traziam, há muito, a coroa fechada,²⁸ cerrada desde os Lencastres.²⁹

11. E Portugal, por que não? Não será imaginoso encontrar desde o século XIV uma constante sugestão de fechamento da coroa, como se dirá mais tarde, mas é opinião geral que só no tempo de D. Sebastião tal se realizou. Até aí, a coroa aberta aparece sempre nas representações das armas portuguesas, ainda que com alguma insinuação de arcos de clausura.³⁰ Deste modo, a coroa portuguesa aberta surge no maravilhoso cortejo, em que – presságio funesto – se reclamava a herança de Portugal para o império dos Áustrias, e assim prematuramente para o ascendente de Carlos V e dos Filipes. Permita-se este apontamento quanto a um aspecto que não tem sido notado. A conhecida gravura³¹ do cavaleiro que transporta as armas portuguesas no imaginário cortejo triunfal de Maximiliano I,³² em que o nosso balsão aparece como sufragâneo, mais exactamente como um reino a herdar pelos Áustrias,³³ teria a indicação na parte superior de *Erbe*, que em alemão significa herança. Tal desígnio ou “empresa” não é claramente visível, mas apenas assinalado. Na realidade, e felizmente para os brios portugueses, essa legenda não é vista no cimo da partição da bandeira e apenas aparece descrita no catálogo.³⁴ Contudo, num livro de imagens de belo colo-

²⁶ MICHEL (François), ob. cit, 404. V., também, HARAN (Alexandre), “Le lys et le globe: messianisme dynastique et rêve impérial en France” (Paris, 2000).

²⁷ MICHEL (François), ob. cit, 409.

²⁸ MICHEL (François), ob. cit, 406.

²⁹ Para mais pormenores, v. MICHEL, ob. e loc. cit.; e GIEYSZTOR, Alexander, «Non habemus Caesarem nisi regem»: La couronne fermée... cit. pp. 5-26, tendo sobretudo em conta o evitar uma autoridade soberana, problema sensível no contexto da guerra dos cem anos.

³⁰ É um ponto interessante posto em evidência por CASQUILHO, *A metamorfose* cit., ao qual se voltará.

³¹ Às vezes atribuída a Burgkmair, mas na realidade da autoria da Altdorfer, sendo estes dois os desenhadores do belíssimo cortejo triunfal de Maximiliano I, que encomendou um imaginado “Triumphalzug”. Cfr. nota seguinte.

³² Trata-se de uma impressionante representação em papel, como se fosse um enorme cenário, de um espantoso cortejo, mas na verdade apenas imaginado. Poderá ser vista na internet.

³³ Maximiliano I tem realmente sangue português por ser filho de D. Leonor, filha de D. Duarte, casada com o Imperador Frederico III (como se disse, tivemos ocasião de reproduzir o maravilhoso fresco de Pintorichio na catedral de Sena no nosso livro *Retratos desconhecidos de D. Sebastião*). Por outro lado, casa com uma filha de Carlos o Temerário, que se orgulhava muito do seu sangue português (a mãe era a infanta portuguesa D. Isabel, filha de D. João I).

³⁴ V. a gravura na página seguinte. Na imensa sucessão de figuras representando os reinos, territórios e possessões de Maximiliano, detidos ou hipotéticos, a bandeira com as armas portuguesas

rido, tendo por objecto o mesmo cortejo, o chefe do pendão que serve de cartela já não aparece em branco ou truncado por tarja, mas ostenta: “Portugal Erb:” (raiz infelizmente profética das palavras alemãs que designam o direito à herança). Herança que Filipe II reclamaria, ainda que como neto de D. Manuel, que era exactamente o Rei português à data dos desenhos do “Triumphalzug” de papel. Aqui deixo as imagens:³⁵

Gravura 3



aparece desfraldada numa sequência de vários cavaleiros com os pendões dos territórios dos Habsburgos da Borgonha, da Suíça, da Itália e da Áustria, indo Portugal a par da Morávia. O esbulho vai ao ponto de figurar um elefante com povos de Calicute e índios do Brasil! O catálogo da obra, no *Herzog Anton-Ulrich Museum*, disponível na Internet, indica como título das figuras: Cavaleiros, com os estandartes do território austríaco de Morávia, herdado, e do Reino de Portugal, que virá a ser herdado ("zu erbenden").

³⁵ Exibimos na página seguinte o desenho, entre nós pouco divulgado, existente na Biblioteca Nacional de Espanha (disponível na internet – Biblioteca Nacional de Espanha).

Gravura 4

12. Temos assim que no reinado de D. Manuel, quando Portugal é um império no seu auge, a prosápia dos Habsburgos, que tinham passado a ser a dinastia dominante do Sacro-império, inclui o reino português como mero sufragâneo, ainda que em alegorias de papel...!

§ 2.º Engrandecimento do poder do monarca

13. Voltando ao que se disse, muitos ligam o crescimento do poder real e a característica absoluta, que a partir de certo tempo se lhe dá, ao fechamento da coroa. GIEYSZTOR,³⁶ seguindo de perto MICHEL,³⁷ diz que em França “os juristas se empenharam durante a segunda metade do século XVI a formular uma doutrina explicando o elo que existe entre a soberania do poder real absoluto e a forma fechada da coroa”. E diz, ainda na esteira de MICHEL, que tal forma é a única pos-

³⁶ Ob. cit., p. 10.

³⁷ Ob. cit., passim.

sível para garantir a dignidade do Rei: “Uma coroa perde o seu nome se ela está aberta”.³⁸ Desmente-se assim o “poder das pontas” que já referimos... Afirmam esses autores que os outros soberanos europeus não tardaram a seguir o caminho da França. Para além da real competição pelo Império (referimos concretamente o Sacro Império), o tema é o engrandecimento do poder real e declínio das casas senhoriais e do feudalismo.

14. Terminado o período senhorial, para além das questões ligadas à ideia de império e sua simbologia,³⁹ afirma-se em Portugal o crescente engrandecimento da figura do Rei e o prenúncio do poder absoluto, de início, no sentido de poder “livre”. O poder absoluto – muito embora distante do que seria no século XVIII⁴⁰ – já se encontrava enraizado,⁴¹ mas as formas e intensidade do poder real variavam muito com a personalidade dos monarcas portugueses.⁴²

15. A forma da coroa importaria para o efeito? Em Portugal não se praticava a coroação,⁴³ mas a verdade é que os cronistas equacionam como factos de que decore o engrandecimento da pessoa real e do poder do Rei, para além do uso da designação de “majestade”, a coroa fechada. Se é certo que, numa linha que vem de D. João II, mas se reafirma em D. Manuel e D. João III,⁴⁴ D. Sebastião “tem uma visão absoluta do governo, cuja autoridade não pode ser partilhada”⁴⁵ e a quem certamente teria agradado o tratamento de “majestade” dado por Filipe II nas vistas de Guadalupe,⁴⁶ facto que se coloca a par do uso da coroa “imperial”, não se vê que estes atribu-

³⁸ GIEYSZTOR, ob.cit. 10-11.

³⁹ Os Reis franceses disputaram a eleição do Império, quanto a Portugal a questão é diferente. Cfr. o § anterior e as referências aí citadas e, aqui especificamente, RAMADA CURTO, na *História de Portugal*, III vol, dir. por A. Matoso, (Lisboa, 1993), 141 ss e 366 ss.

⁴⁰ Cfr. BORGES DE MACEDO, artigo “Absolutismo”, da *Enciclopédia Polis* e, relativamente à época num contexto de relações internacionais, *História diplomática portuguesa – constantes e linhas de força*, ed. do Instituto e Defesa Nacional, s/d, p. 75-6. A bibliografia sobre o significado do absolutismo em Portugal e as suas várias formas é considerável. Em textos de Direito, para além de MARCELLO CAETANO, *História do Direito Português*, 2.ª ed. Verbo (Lisboa, 1985), 463 ss; citar-se-á ainda P. FERREIRA DA CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, ed. Almedina (Coimbra, 1995), 390 s. V., também, GLÓRIA GARCIA, *Da justiça administrativa em Portugal* (Lisboa, 1994), ed. UC Ed.ª, 161 ss.

⁴¹ Para além do texto referido na penúltima nota, v. ROMERO MAGALHÃES, na *História de Portugal*, III vol, dir. por A. Matoso, (Lisboa, 1993), 62 ss.

⁴² Remetemos para as obras de História geral que relacionaremos adiante (nota 47). Tendo em conta que estas questões relevam muito da idiosincrasia dos próprios monarcas, cfr., ainda, as várias bibliografias de Reis portugueses (de D. João II a D. Henrique), que citámos já e citaremos.

⁴³ MARCELLO CAETANO, ob. cit., 462. A investidura do Rei era uma cerimónia laica de carácter pactício (GLÓRIA GARCIA, cit., 60 s).

⁴⁴ Cfr. ANA ISABEL BUESCU, *D. João III* (Lisboa, 2005), no subcapítulo, 10.1., “O poder régio”, p. 181 ss, sobretudo quanto à imagem do Rei e representações simbólicas (p. 185).

⁴⁵ VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, III, 64.

⁴⁶ Cfr. nota 1. A partir de 1576, depois de assim tratado por Filipe (sobre todo este assunto MARTIM ALBUQUERQUE, “Portugal e a *jurisdictio imperii*”, na *Revista da Faculdade de*

tos interessassem assim tanto no plano da política interna. A ausência da coroa fechada na maior parte da emissão das moedas, sendo o dinheiro uma imagem quotidiana para todos, e o carácter saltuário dos testemunhos iconográficos, não depõe em favor de um propósito político interno determinado. O que importa saber é se estes atributos tinham afinal relevância no relacionamento entre o Rei e os seus súbditos e na afirmação da autoridade real e parece-nos ousado afirmá-lo positivamente, sobretudo porque a coroa aberta e fechada co-existiram sem embaraços.

§3.º Portugal na Europa de séc. XVI e uma certa ideia de Império⁴⁷

16. As coroas abertas, “sobre as quais não pode ser assente cousa alguma, como que querem mostrar sua superioridade independente”,⁴⁸ foram durante muito tempo o

Direito de Lisboa, 1964, vol. XVII. O tratamento de majestade é, aliás, mesmo na época contestado por se considerar um atributo da divindade. Mas já Camões dizia, dirigindo-se a D. Sebastião, “inclinai por um pouco a majestade / que nesse tenro gesto vos contemplo”. Parece que majestade se refere aos imperadores romanos, o que passaria para o imperante na Alta Idade Média, como resulta de CARLOS SARDINHA, *Alta-traição e Lesa-Majestade*, UCed.^a (Lisboa, 2011).

⁴⁷ Não se vai sequer ensaiar uma reflexão sobre fundamentos, características e factos da expansão portuguesa, em que aliás os vários historiadores estão longe de concordar, até porque há aspectos ideológicos inultrapassáveis. Remete-se para os livros que citamos, consultados num rápido correr de estante e em que faltam obras básicas: sobre a expansão portuguesa [BOXER, *O império marítimo português*, ed 70, Lisboa, 1992; F. BETHENCOURT e K. CHAUDURI (dir.), *História da expansão portuguesa*, em cinco vols.; V. MAGALHÃES GODINHO, *Os descobrimentos e a Economia Mundial*, 1965-8, à qual há a acrescentar um conjunto vasto de publicações recentes do ISCPS, reactivas à historiografia anglo-saxónica e indiana, que tende a colocar Portugal como país predador]; e sobre esse período na história portuguesa [DAMIÃO PERES, *História de Portugal*; ed. Barcelos, III e IV vols; H. SARAIVA (dir.), *História de Portugal*, III; J. MATTOSO, *História de Portugal*, II e III vols; OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, I; V. SERRÃO, *História de Portugal*, II e III vols]. Como decisivamente importante neste estudo, assinalaremos o livro de ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Justum Imperium*”, *Dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente - estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, ed. ISCSP (Lisboa, 2005), que se cita aqui muitas vezes. Poderá ver-se bibliografia especificamente relevante nesse último livro e em textos mais recentes de vários autores publicados sobre a égide do ISCSP.

A este propósito, sem poder fazer outra coisa senão indicar o que muitos escreveram sobre o império português e expansão, gostaria apenas de dizer que não entrarei na retórica auto-flagelante do politicamente correcto envergonhado quanto aos nossos descobrimentos e conquistas. Cfr. o texto de ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Justum Imperium*”, cit., quanto à ideologia anti-colonialista e à lenda negra sobre a expansão ibérica, (p. 84 e ss e 164 ss). É particularmente esclarecedora a transcrição que SALDANHA faz (ob. cit., 86 e depois 164 ss), estigmatizando uma certa cultura bem pensante, do diagnóstico penetrante de V. MAGALHÃES GODINHO quanto a essa cultura. Muitas vezes se recorre aqui ao importante livro de SALDANHA, contrário às simplificações grosseiras do economicismo de alguns intelectuais portugueses nas últimas décadas (p. 164 ss), que seguem servilmente a linha de parte dos historiadores anglo-saxões e indianos (v., quanto à preocupação dos académicos ocidentais imbuídos da mentalidade da descolonização, p. 166 ss) e aquela ideia linear e masoquista que vem do século XIX de império português como “monumento de ignomínia”...

símbolo comum das várias monarquias europeias. Mas, como se disse, havia a opinião geral de que a coroa fechada representa a ideia de império. Seja o que for, a ideia de império na expansão portuguesa, como desígnio nacional,⁴⁹ é de tal modo presente que tem de ser aqui matéria de consideração. Estamos a partir de D. Manuel numa época em que, como MARTIM ALBUQUERQUE diz, “a ideia do império andava no ar. Os monarcas assumem como própria a simbologia e a semântica respectiva”.^{50/51}

17. É sempre duvidoso saber o que se pretende significar com império...⁵² e o que de facto este representou. Disse PLUMB, a abrir um prefácio cáustico, mesmo ferino, em que os claros são bem menos numerosos que os escuros, que “o império português é um dos maiores enigmas da História”. E conclui, sobre Portugal, com estas linhas num texto em que há admiração, mas sobretudo crítica implacável: “o seu nome está indelevelmente inscrito na história mundial – um feito extraordinário para um país tão pequeno e tão pobre”.⁵³ Portugal, como notou BOXER, é o primeiro estado europeu conscientemente imperial.⁵⁴ E, em outro lugar, afirma o que é óbvio: “os motivos fundamentais daquilo que é conhecido por época dos Descobrimentos parece terem surgido de uma mistura de factores religiosos, económicos, estratégicos e políticos”.⁵⁵ De passagem note-se que toda este “querer grandeza” e o próprio providencialismo insito no mito do Quinto Império, facilmente estigmatizável pelo politicamente correcto de hoje, é bem diferente do “imperialismo” que, caracterizou o Ocidente e os vários impérios coloniais a partir do século XIX⁵⁶. Pode

⁴⁸ Cfr. ANTÓNIO SOARES ALBERGARIA, que tal refuta na *Resposta a certas objecções sobre os trophos lusitanos*, de 1634 (p.4). Como se disse já (nota 6 e 17), este heraldista atribui a D. Manuel armas imperiais.

⁴⁹ Esta concepção põe em relevo uma ideia de afirmação e grandeza (não necessariamente territorial e económica) que vem até aos nossos dias e não é por acaso que dela compartilhem os maiores portugueses (Camões, Vieira, Pessoa, será necessário acrescentar mais?).

⁵⁰ *Estudos de cultura portuguesa*, 3.º vol. 315. E não só na época. Diz-nos o autor a finalizar o estudo (p.319): “a ideia de império revestiu, pois, ao longo dos tempos, em Portugal, o carácter de uma realidade mutante capaz de respostas a desafios em conjunturas múltiplas”.

⁵¹ ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, ob. cit. 298, 321, 329.

⁵² MARTIM ALBUQUERQUE, ob. cit., 311 e 316: “não se tratava já do domínio do mundo, mas de um império espalhado pelo mundo, unido por um ideal cristão de vida”.

⁵³ Trata-se do prefácio ao livro de BOXER já citado, na linha de uma escola historiográfica britânica particularmente crítica quanto à expansão ibérica.

⁵⁴ Citamos proposadamente BOXER (*apud* ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Jus-tum Imperium*” cit., 80), por se tratar de um historiador pouco menos que implacável quanto à expansão portuguesa e espanhola.

⁵⁵ *O Império marítimo português*, 35. E, logo a seguir, “até os motivos inspirados em Mamona foram muitas vezes inspirados inextricavelmente com coisas pertencentes a César e a Deus”. ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA (ob. cit., 165) especifica a escala de valores: salvação das almas, serviço de Deus, honra (pessoal, familiar e do reino) e proveito. Cfr., também, o que anteriormente diz SALDANHA (ob. cit., 154), a propósito da política estatocêntrica e a noção de interesse nacional como guia da política internacional.

⁵⁶ O que foi, segundo Lenine um estágio superior do capitalismo, *topos* que iria “colonizar” a mentalidade ocidental durante muitas décadas.

dizer-se, com SALDANHA: “Império, considerado não no sentido magniloquentemente geográfico que vulgarmente se emprega para sugerir uma inegável extensão, mas no sentido estrito que o liga ao conceito de *poder*” ...”a afirmação e a efectividade de um domínio, a garantia de uma supremacia entre monarcas, questões – aparte a convicção frequente do cumprimento de uma missão sobrenatural – presas essencialmente ao poder”.⁵⁷

18. A reclamação de uma qualidade imperial para os reis portugueses é coisa que aparece abundantemente,⁵⁸ muito embora os nossos monarcas, sendo “Reis de muitos Reis”, como se dizia, “nunca terem reivindicado o título de imperador”.^{59/60} Mas não é de excluir algum respeito pela Casa de Áustria, do que vamos falar a seguir.

19. Como dissemos de início, afirma-se correntemente que é D. Sebastião quem fecha a coroa e a isto se liga à ideia do Império africano. Duvida-se. Que D. Sebastião é possuído por uma ideia imperial⁶¹ não merece dúvidas, mas em alto grau também a tiveram os seus avós! Era a tal ideia que andara no ar e agora estava assente. D. Sebastião, no dizer de Camões, tomou um “nome imperial” (oitava relativa à seta), e, em *Os Lusíadas*, é o “poderoso Rei, cujo alto Império, o Sol logo em nascendo, vê primeiro, vê-o também no meio do hemisfério e quando desce o deixa derradeiro”.⁶²

20. A ideia de Império e a adopção de coroa fechada pode ter a ver com a malograda intervenção em Marrocos? Parece pouco possível. O projecto magrebino tinha magnitude e correspondia a um interesse vital para o país e para a Europa cristã, tendo em conta a ameaça turca, como hoje é reconhecido.⁶³ Mas, a intervenção portuguesa

⁵⁷ ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, ob. cit., 151 e depois, com múltiplas referências de época, p. 287-8.

⁵⁸ V, a nota VI “Sobre a ideia de ‘Imperador e Império’ em Portugal nos finais do século XV e no século XVI”, de NUNO ESPINOSA GOMES DA SILVA, *História do Direito Português*, 5.^a ed. (Lisboa, 2011), 604 ss; e ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Justum Imperium*” cit., 297 ss, 321 ss. V., também, OLIVEIRA E COSTA, *D. Manuel I* (Lisboa, 2005) sobre “a ideia imperial manuelina”, 175 ss; e 216 ss.

⁵⁹ Assim, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Estudos* cit., 315-6, acrescentando, ponto essencial a que voltaremos no § seguinte: “designação que, como sinónimo de *dominus orbis* se encontrava em plena crise e pela qual decerto não mereceria entrar a disputar com Carlos V”. Também, ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, ob. cit., 324.

⁶⁰ Também, ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Justum Imperium*” cit. 292 ss e 321 ss.

⁶¹ SALDANHA, 330, MARTIM ALBUQUERQUE, *Estudos* cit., 316, Cfr., também, TEIXEIRA PINTO, *Do direito ao império em D. Sebastião* (Lisboa, 1985).

⁶² Cabe aqui, realmente, citar Camões, “cujo sentido imperial vale por um tratado demonstrativo”, como diz MARTIM ALBUQUERQUE, *Estudos* cit., p 315.

⁶³ M. AUGUSTA LIMA CRUZ, *D. Sebastião* (Lisboa, 2006), p. 232, para citar o estudo contemporâneo mais importante sobre “O Desejado”, e, num domínio específico de relações internacionais, de modo caloroso, JORGE BORGES DE MACEDO, *História diplomática portuguesa – constantes e linhas de força*, cit., 106 ss. A importância da empresa africana é hoje aceite, mesmo por autores avessos à personalidade de D. Sebastião.

contra o Mulei-Moluco cifrava-se na intenção de entregar Marrocos ao Xarife Mulei-Mahamet que garantiria uma presença mais pacífica, tornaria mais difícil a incursão de piratas argelinos que atingiam as nossas costas e privaria o sultão de um aliado, consolidando assim a nossa navegação e as possessões no Oriente. Não se iria avassalar Marrocos, nem a propósito assumir coroa imperial. E que faria Marrocos e a costa magrebina na coroa de D. Sebastião⁶⁴ que detinha o Brasil, que saía vitoriosa nas regiões de Angola e de Moçambique (não só no domínio litoral, mas num início de penetração para o interior, ainda que em termos que nada têm a ver com a grandeza actual desses países), controlava zonas de extensão imensa na Ásia, que tinha aí obtido significativos êxitos militares e designara como “Estados” os domínios da Índia? Não era uma qualquer influência ou senhorio em Marrocos que justificaria o título de imperador e a coroa fechada.

21. Gostaríamos também de notar o seguinte. Se a coroa fechada tivesse a ver com o frustrado império (?) marroquino, o novo Rei D. Henrique, tão avesso à trágica campanha de África, escusar-se-ia de lhe guardar o símbolo. A verdade é que nos selos ou nos dinheiros que o cardeal mandou cunhar avulta a coroa, bem cerrada.

§ 4.º Confronto com os outros reinos e coroas

22. Os nossos Reis sabiam por certo, até pela troca de instrumentos diplomáticos, que os monarcas franceses e ingleses fecharam a coroa⁶⁵ e ainda que tal não tivesse acontecido em Aragão e Castela, pelo menos até à filha dos Reis Católicos,⁶⁶ a verdade é que ia acontecendo em outras monarquias.⁶⁷ E, sendo que a coroa cerrada já era adoptada pelos soberanos franceses, ingleses e depois por outros reinos, o ponto é saber porque demorou tanto tempo a assim figurar nas armas de Portugal.

23. Os nossos Reis não se julgavam inferiores, mas deram-se cuidado e tempo a pensar no assunto. Diz-se que desde D. João II se encerra a coroa e o figuramento dos selos e do cruzado de ouro é pelo menos sugestivo. De facto, como nota CASQUILHO,⁶⁸ há um aproveitar da orla das moedas ou dos selos em que se faz sobrepor a cruz, o que dá a ilusão da coroa fechada. O mesmo com D. Manuel e D. João III. Nos frontispícios dos livros também se encontra muitas vezes uma representação equívoca em que a coroa aberta com a ajuda de orlas e outros floreados

⁶⁴ ANTÓNIO VASCONCELOS SALDANHA, “*Justum Imperium*” cit., 330, citando vários autores do século seguinte, numa mesma linha a que aderiu o heraldista de que falámos, referindo FARIA E SOUSA: *un Rey de Portugal para cerrar su corona no havia menester que conquistasse à Marruecos*. JERÓNIMO MENDONÇA, que combateu em Alcácer-Quibir, considera a hipótese “ridícula”.

⁶⁵ Cfr. o que se disse sobre o cerrar da coroa em França e em Inglaterra.

⁶⁶ A situação em Espanha é obviamente a mais importante. V. *infra* n.ºs 30 e 31

⁶⁷ GIEYSZTOR, ob. cit., p. 11, nota 2, afirma que se fecha a coroa em Espanha desde 1554 e que na Polónia tal ocorreria já nos anos vinte do séc. XVI e na Escócia a partir de 1488.

⁶⁸ *Metamorfoses* cit.

parece fechada... Os selos vão desde D. Manuel evoluindo para uma configuração da coroa que cada vez dá mais a aparência de fechada.⁶⁹ Teria sido este modo um tanto sinuoso de cerrar a coroa destinado a evitar melindres do Imperador?

24. A demora em assumir os arcos que encerram talvez tivesse alguma coisa a ver com o facto de a coroa fechada ser um privilégio dos imperadores do Sacro-Império, ainda que D. João III tivesse mostrado bem que não aceitava dependência jurídica ou honorífica dos imperadores.⁷⁰ Com efeito, como vimos, Portugal estava em posição de reivindicar um estatuto imperial. Logo desde D. João II depois de uma consolidada presença marroquina de uma série de praças que construíam os Algarves de além mar, o senhorio do comércio e a fixação em África, a «certíssima esperança» da passagem do Cabo para a Índia, autorizariam bem falar-se de um Império, ainda que *in partibus*, e não apenas porque se dilatava a fé. E quanto a D. Manuel, com tantos fumos da Índia, num reinado em que a expansão chega a todo o mundo? O Rei venturoso marca os sinais do V Império do Universo com a esfera armilar, que ainda hoje usamos, mas mantém a coroa aberta: as representações de D. Manuel bem como o escudo português aparecem sem coroa fechada.⁷¹ Quem se chama Emanuel,⁷² o felicíssimo rei, e tem por divisa a “sphaera”,⁷³ que passa a ter um significado geográ-

⁶⁹ Reproduzidos por CAETANO DE SOUSA, *Hist geneal*, cit. a partir da p. 59, gravuras O. Mas vêem-se, também, tanto em selos como moedas, figurados mais cavaleirescos, de coroa aberta com elmo e grifo. Na verdade, parece sustentável que havia aqui também muitas vezes concessões a modas, sem objectivo político.

⁷⁰ MARTIM DE ALBUQUERQUE, “Portugal...” cit., 41 ss.

⁷¹ A representação iconográfica tem importância decisiva no tempo do monarca, como já se notou. V. OLIVEIRA E COSTA, *D. Manuel I*, p.175 ss (e bibliografia iconográfica cit), de que resulta que o monarca, do modo com a si próprio se via, não descartaria a ideia de império. Mas não gostaria de disputar precedências com o genro, sogro e cunhado. É significativo o portal da Conceição Velha, construído a mando de D. Leonor (mulher de D. João II e irmã de D. Manuel), cuja parte cimeira tem, para JOSÉ CASQUILHO, a seguinte leitura: “do lado esquerdo estão representados os dignitários eclesiásticos, com o papa Leão X à frente, cardeais e bispos, enquanto que do outro lado está o poder temporal: o imperador antecede Manuel de Portugal e outros”. Note-se que o Imperador traz coroa fechada e D. Manuel coroa aberta. Este autor dissera: “um programa narrativo não é apenas ideológico, pode mesmo dizer-se que este é político”. Assim, “Mistério do portal da igreja da Conceição Velha”, *Triplov*, 2011, artigo disponível na internet.

⁷² Se bem sei, o Prof. JORGE MACEDO contava que D. Manuel foi o primeiro Rei da cristandade a tomar esse nome, já que, sendo um nome de Jesus (Emanuel – Deus conosco), não era por isso mesmo usualmente adoptado.

⁷³ Ainda que, como MARTIM DE ALBUQUERQUE (“Portugal ...” cit., 46 ss.) demonstra, tal não possa ter de início uma ideia imperial, valeu como sinal profético. A verdade é que se torna uma presença icónica constante. RAMADA CURTO (ob. cit., 366) nota bem “como se pode passar de uma mera coincidência à reinterpretação de um símbolo por motivos políticos” e, mais adiante, constatando “a repetição das armas de Portugal, acompanhadas de uma ou mais esferas armilares”: “Do carácter repetitivo, encontrado no uso de uma determinada simbólica, pode deduzir-se a existência de um programa político iconográfico”.

fico de orbe,⁷⁴ não precisa propriamente dos signos do Imperador. MARTIM DE ALBUQUERQUE⁷⁵ diz mesmo que a “designação, como sinónimo de *dominus orbis*, se encontrava em plena crise e pela qual decerto não mereceria entrar a disputar com Carlos V”. E, quanto aos monarcas portugueses, afirma logo a seguir que “preferiram, naturalmente exprimir a sua grandeza de outra forma: através da pompa do título real, que levou o humanista Jorge Buquenano a designar D. João III pelo Poly-onimo, o rei de muitos nomes”.⁷⁶ Com tão assumida grandeza, para quê provocar melindres?

25. Como vimos, o império português do século XVI não tinha qualquer semelhança com os impérios europeus, nomeadamente com Sacro-Império. Era descontínuo, espalhado por quatro continentes, não era territorial, assentava no domínio do Atlântico e Índico, partilhado depois com a Espanha: tinha um carácter essencialmente marítimo, com apoios fortes em locais estratégicos e assente na Ásia em avassalamentos e tratados.⁷⁷ Mas Portugal está presente na “dura competição entre os impérios”. Jogava um xadrez político complicado em constantes recomposições e busca de equilíbrio entre as potências e entidades que ainda tinham real influência, como o Papado. As linhas de força eram, como diz BORGES DE MACEDO, as de aceitar com reservas o apoio espanhol, e manter posições duras relativamente à França e à Inglaterra.⁷⁸ A política portuguesa, virada para o mar e para a expansão ultramarina, é geralmente a de neutralidade nas múltiplas guerras que dilaceram a Europa.⁷⁹ No século XVI, tal política foi uma constante, ainda que de realização difícil.⁸⁰ “Não sendo fácil a neutralidade portuguesa”, diz-nos PEDRO SOARES MARTINEZ, “...Portugal manteve-se neutral, através de uma obra prima de habilidade”.⁸¹

⁷⁴ O signo, a que correspondia um domínio real em quatro continentes, parecia certamente muito mais forte e representativo que o globo que muitos reis estrangeiros empunhavam na sagração e que era um símbolo pretensioso e inane.

⁷⁵ Ob. cit., 315-6.

⁷⁶ Ob. cit., 316. O humanista fazia a propósito algum escárnio. Quanto ao extenso título dos Reis de Portugal e o seu significado, v. as desenvolvidas considerações de SALDANHA, ob. cit., 292 ss, sobre os títulos como sinal de denotação e justiça do domínio.

⁷⁷ É ponto que SALDANHA põe em destaque na sua obra cit.

⁷⁸ BORGES DE MACEDO, ob. cit., 105 e 108 e 112, referindo também a necessidade de travar a hegemonia espanhola.

⁷⁹ Tese divulgada em ensaio de FRANCO NOGUEIRA, mas apoiada por um conjunto impressionante de historiadores, sobretudo os que se debruçaram sobre as relações internacionais de Portugal.

⁸⁰ Para um quadro das relações internacionais europeias e a posição de Portugal no século XVI, v. BORGES DE MACEDO, *História diplomática portuguesa – constantes e linhas de força*, cit., 71-121, com particular destaque para as pp 108 ss. Também, na matéria, VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, III vol., 44 ss; e 70 ss. Em resumo, caracteriza-se a neutralidade portuguesa como um cauteloso espírito de independência como prioridade, resistência à hegemonia espanhola, equilíbrio no balanceamento entre as potências europeias, relacionamento cuidadoso com a França, Inglaterra e os estados alemães, apoio na Santa Sé. Por outro lado, pretende-se enfrentar a ameaça turca (que se fazia sentir no Oriente) e daí a necessidade de intervenção em Marrocos.

⁸¹ *História diplomática de Portugal*, ed. Verbo (Lisboa, 1986), 104.

26. “Estes reinos quietos e pacíficos”, como pretendia o Cardeal-regente ao entregar o governo ao seu sobrinho neto, não o eram tal!⁸² O reino português detinha um território imenso com muita guerra e ameaça desde logo em Marrocos, numa situação agravada pelo avanço dos turcos. No Oriente a guerra era constante. E, no plano diplomático e da política europeia, muito embora uma cuidadosa diplomacia procurasse deixar Portugal fora das contendas europeias,⁸³ havia que manter o equilíbrio entre as grandes potências e dele dependia o próprio casamento do Rei.

27. Em termos de política externa europeia, os meados do séc. XVI marcam o início dos conflitos com o interesse nascente da França e da Inglaterra nas possessões portuguesas, havendo problemas enormes com os franceses (no Golfo da Guiné, Brasil⁸⁴ e, por causa do curso no Atlântico, deve registar-se o saque da Madeira que teria exasperado D. Sebastião).

28. E havia também um difícil, embora mais pequeno, xadrez peninsular. Mesmo antes do início da dinastia de Avis, há a considerar as complexas relações com os outros reis da Península. Castela, depois unida a Aragão, vai hegemonizando os outros reinos peninsulares e continua com pretensões recorrentes à coroa portuguesa.⁸⁵ A Portugal cabia uma política pendular, em que havia a necessidade nacional de moderar as tendências hegemónicas espanholas, sustentar a competição na expansão, que nem Tordesilhas evitava completamente (Molucas), e, por outro lado, manter uma colaboração que assegurasse as rotas atlânticas.

29. Também contando com o pequeno xadrez peninsular,⁸⁶ havia vantagem em preservar um relacionamento importante e harmónico com a casa de Áustria, que se tinha assenhoreado de Espanha. D. Manuel e D. João III estreitam laços com os Habsburgos (D. Manuel casa com D. Leonor, filha de Carlos V e dá a este a sua

⁸² M. AUGUSTA LIMA CRUZ, *D. Sebastião* cit., 137.

⁸³ Pendular na política portuguesa. FRANCO NOGUEIRA, de uma maneira sistemática, nota a vantagem de Portugal não se imiscuir de mais nos conflitos europeus.

⁸⁴ VERÍSSIMO SERRÃO, ob. cit., 46. As complicações vinham de longe. Como este texto procurou documentação iconográfica, chama-se a atenção para um manuscrito de Ruão em que vem descrito um desses cortejos triunfais, agora dedicado a Henrique II da França. Trata-se de um combate naval no Brasil em que as armas francesas, com a ajuda dos índios, levam a melhor aos “*portugais enemis*” *Faire fuir l’ennemy Portugal*. (v. na matéria o estudo de BRIESEMEISTER, “Uma festa brasileira celebrada em Rouen por motivo da entrada solene de Henrique II da França e de Catarina de Médicis). Quem olhar para uma das pinturas desse manuscrito (as ilustrações que iluminam o manuscrito são pouco conhecidas e não sei se publicadas entre nós, mas está disponível uma cópia na internet) poderá ver no canto direito um navio português identificado no casco por uma fileira de escudos com os castelos e quinas, ainda que sem coroa, aberta ou fechada...

⁸⁵ E vice-versa.

⁸⁶ Referimos na nota 33 as relações da coroa portuguesa com os imperadores. Na época, há a considerar a grande aproximação dos Habsburgos com as monarquias hispânicas, pelo casamento de Filipe “O Belo” (I de Espanha) com a filha dos Reis Católicos, Joana a Louca.

própria filha, D. Isabel; D. João III casa com D. Catarina, irmã de Carlos V, e o filho, pai de D. Sebastião, o príncipe D. João, casa com a princesa D. Joana, filha de Carlos V). Não se pretenderia certamente causar melindres à casa imperial europeia, aliás cabeça de um Império que não tinha qualquer semelhança. Mas seria apenas um vago melindre, como se deduz. Afirmo SALDANHA: não se trata do “problema da aspiração à titularidade ou dignidade própria do Sacro-Império”, aspecto em que “não há o mínimo sinal demonstrativo de que os nossos monarcas tenham competido”.⁸⁷ Mas persistiam, por certo, como uma ferida, os arcos que cerravam as coroas francesa e inglesa, esses sim interessados em se afirmar contra o Sacro-Império Romano-germânico.^{88/89} E, se Portugal parece ter evitado durante muito tempo susceptibilidades e procurou compor a sua coroa numa sugestão de voltas,⁹⁰ a verdade é que a partir de certo momento, já não haveria a recear reacções ou sequer melindres da casa de Áustria.⁹¹

30. Por outro lado, já morto Carlos V e desmembrado o Império, havia a emulação com Espanha,⁹² que aliás procurava um certo tipo de isolamento diplomático de Portugal, colocando-se sempre Filipe II como intermediário e chefe de família (casara com uma filha de D. João III e era descendente de D. Manuel). Como já disse, o muito jovem D. Sebastião, se tolerava mal no Reino a política pró-espanhola da avó e da mãe (princesa regente de Espanha no interlúdio inglês do Filipe), não aceitava a dominação do tio tantas vezes armado em patriarca.

31. É certo que uma política de neutralidade exige força e prestígio próprios e a ela não convinha a posição de subalternidade, a que a Espanha e até a França nos pretendiam reduzir. Ora isto teria de se exprimir também na simbologia, sobretudo perante o Filipe. Não nos parece ousado adivinhar que D. Sebastião tivesse obser-

⁸⁷ Ob. cit., 324

⁸⁸ Sobre o significado em França relativamente à plena soberania e independência do imperador, MICHEL (François), ob. cit., 411 e, mais desenvolvidamente, de HARAN, *Le lys et le globe: messianisme dynastique et rêve imperial*, no capítulo “Les derniers Valois face au ‘Dominium Mundi’”, principalmente, p. 125 ss, no plano de um messianismo imperial francês e uma concorrência ao Império tendente a quebrar o monopólio germânico.

⁸⁹ GIEYSZTOR, ob. cit., p. 7 s narra um episódio de pretensão de autoridade suserana do imperador, que incomodou a França e inquietou a Inglaterra.

⁹⁰ Porventura com algum êxito. GIEYSZTOR, ob. cit., p. 11, nota 2, refere expressamente o reinado do nosso D. João II como inaugurando a coroa cerrada e a data de 1484 e em Espanha desde 1554. Na Polónia tal ocorreria já nos anos vinte do séc. XVI, na Suécia desde 1561 e na Escócia a partir de 1488. De facto, o cruzado de D. João II é equívoco e alguns dos selos também, ao fazerem coincidir as pontas da coroa com o círculo que emoldura a moeda, cortado estrategicamente por uma cruz que sobrepuja a coroa. CASQUILHO, em “A metamorfose” cit., descreve o processo. Voltaremos ao assunto.

⁹¹ Tanto mais que, na divisão da herança de Carlos V, em que fica o irmão como sucessor no Sacro-Império, o filho, Filipe de Espanha, fecha a coroa de Castela e Aragão.

⁹² BORGES DE MACEDO, *História* cit. 107.

vado as complicadas armas do tio, nos selos que certamente pendiam dos diplomas mais importantes e que exibiam a coroa fechada.⁹³

32. O prestígio português no mundo e o da sua coroa eram objectivos centrais para D. Sebastião, que tolerava mal condescendências e desrespeitos. Camões, ao terminar *Os Lusíadas*, dirigindo-se novamente a D. Sebastião numa exortação final, reage a uma detracção que poderia existir já relativamente aos portugueses.⁹⁴

33. Em suma, o cerrar a coroa, como medida de prestigiação da monarquia portuguesa, é muito possivelmente um objectivo e a partir de certo momento tornou-se fácil de atingir sem melindres dos imperadores. Muito embora em Portugal os signos imperiais escolhidos sejam outros, não se vai ao ponto de dizer que a coroa cerrada fosse indiferente. Desde D. João II, nas moedas é pelo menos equívoco o aproveitar da orla em que se faz sobrepor a cruz.⁹⁵ Nos frontispícios dos livros também se encontra muitas vezes uma representação equívoca em que a coroa aberta com a ajuda de orlas e outros floreados parece fechada...⁹⁶ Os selos reproduzidos por CAETANO DE SOUSA vão desde D. João II evoluindo para uma configuração que cada vez dá mais a aparência de fechada, mas tal só é inequívoco no selo do testamento do cardeal D. Henrique.⁹⁷ A verdade seja dita: tais sugestões, embora evidentes, não correspondem a um padrão e são constantemente interrompidas por representações das armas portuguesas com a coroa aberta.

⁹³ A coroa aberta encimando as armas de Espanha aparece mesmo durante Carlos V (Carlos I de Espanha). Um selo de Filipe II, datado de 1559, mostra o monarca em postura imperial, entre duas colunas, com o globo, espada e coroa fechada (n.º 4748 do Museu Lázaro Galiano). Aliás, há representações de Filipe II, desde criança e como herdeiro de Carlos V, com a coroa fechada (imperial). Depois do casamento com Maria de Inglaterra, “O Prudente” aparece em inúmeras moedas com a coroa fechada (note-se que a coroa inglesa era há muito cerrada). Ainda assim mantêm-se por vezes as armas de Espanha com a coroa aberta. V. “Las primeras acuñaciones del príncipe Filipe de España (1554-1556): soberano de Milán, Nápoles e Inglaterra”, de J.M. FRANCISCO OLMOS, *Documenta & Instrumenta*, 3 (2005), p 155-186 (texto disponível na internet).

⁹⁴ “Fazei, Senhor, que nunca os admirados/ Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses/ possam dizer que são para mandados/ mais que para mandar, os Portugueses”. Apesar de nos encontrarmos na época máxima de expansão e glória, havia demasiados exemplos de sobrançeria espanhola, francesa ou mesmo de outras monarquias, para que tal pudesse ser ignorado.

⁹⁵ Com isto se quer aludir à interessante observação de CASQUILHO, *A metamorfose* cit., de que já demos conta, que nota em várias espécies iconográficas (moedas e medalhas) uma intenção de aproveitar a moldura interior das várias espécies para sugerir o fecho da coroa, aliás encimada por uma cruz que ultrapassa a mesma moldura. V. a seguir no texto.

⁹⁶ Paradigmáticos são O *Itinerário* de ANTÓNIO TENRREIRO, de 1540, a *Terceira Década* de JOÃO DE BARROS, de 1563, descritos nos *Livros antigos* cit., de D. Manuel II, respectivamente a p. 572 e p. 170. Também no frontispício duma obra de AZPILCUETA, ed. em Coimbra em 1562.

⁹⁷ *Hist geneal*, cit., a partir da p. 59, gravuras O.

§ 5.º A iconografia da coroa fechada

34. Com D. Sebastião os testemunhos iconográficos da coroa fechada são frequentes e mais francos, corroborando assim o que afirmam os cronistas.⁹⁸ Actualmente, encontram-se no mencionado texto de CASQUILHO concludentes referências e imagens da coroa fechada ao tempo de D. Sebastião. Vemo-la nas armas, nos selos reais, nas moedas, nos ornamentos arquitectónicos e nos frontispícios dos livros. Tal parece particularmente relevante quando associado à seta evocativa de S. Sebastião, que é uma marca própria do reinado.⁹⁹

35. Um aspecto da maior importância é o das imagens apresentadas na artilharia da época e que o estudo de CASQUILHO mostra,¹⁰⁰ em que aparece a coroa fechada. Também, sem dar lugar a dúvidas, um canhão pedreiro destinado à incursão de Áfri-

⁹⁸ Não propriamente nas representações em gravura, como a de MARIZ (*Dos Reis*, 1594) em que os retratos dos últimos monarcas de Avis não surgem com coroa. No caso de “O Desejado”, a gravura do livro de MARIZ representa-o com um estranho chapéu. Certamente por obra de papirófagos, o Rei aparece desfigurado, mas já reconhecível aparece na ed. de MARIZ, de 1597, ainda que também sem coroa. As gravuras foram-nos dadas a conhecer pelo Dr. VICTOR OLIVEIRA, autor da monumental *Sebástica* que relaciona as espécies bibliográficas e outras obras sobre D. Sebastião, autor a quem muito se agradece.

⁹⁹ Como se sabe, uma relíquia que consistia numa seta do suplicio de S. Sebastião foi mandada pelo Papa ao nosso Rei D. Sebastião (1575) e figura muitas vezes na simbologia do monarca e até num projecto de uma nova Ordem, naturalmente militar. Recorde-se que Camões dedica oitavas a D. Sebastião a propósito do envio da seta em que reproduz de “Os Lusíadas” as belas expressões de “segurança da nossa liberdade”, de “certíssima esperança” e “segura confiança”. Ainda nos aparecem as setas na impressão de um missal impresso em Coimbra com privilégio real em 1577, numa coroa aberta (impresso pela tipografia de António Mariz, “calchographi academicus”). A portada do Missal é reproduzida nos *Livros antigos*, descritos por D. Manuel II, p.100). Aliás, a seta atravessando a quina co-existe com a coroa aberta. Mas o uso da seta no reinado é muito anterior a 1575 (cfr. nota seguinte, no final).

¹⁰⁰ CASQUILHO (*A metamorfose* cit.) dá nota de coroas fechadas gravadas nos canhões com a insígnia de D. Sebastião mostrando uma bela fotografia da bombardarda de Diu. Assim, é seguro que tal aconteceu no reinado e nota-se, aliás, semelhanças com o tipo das coroas fechadas constantes dos pesos e medidas estabelecidos por D. Sebastião em 1575 (apesar de algumas variações, estando até presente a seta, característica também da emblemática do monarca). Resta saber quando tal ocorreu nos canhões, o que nem sempre se consegue pela data da fundição da peça, já que esta pode ser bem mais antiga e depois remarcada, como se comprova nos próprios catálogos (v., por exemplo, o *Catálogo das Collecções do Museu de Artilharia* (Lisboa, 1897), p. 90 e ss (n.ºs 28 e 32). ANTÓNIO SOARES ALBERGARIA, *Resposta a certas objecções sobre os tropheos lusitanos*, de 1634 (p.4) ainda que atribuindo o uso de coroas cerradas ao designio imperial de D. Manuel, “a respeito de ser senhor de Reis” afirma que, “na mesma conformidade as mandou El-rei D. Sebastião pôr cerradas nas peças de artilharia”. Aliás, como se verá existe no Museu Militar pelo menos outra boca de fogo com essas características (v. a seguir no texto). Um perito em artilharia antiga, ou mesmo quem faça diligências elementares no Museu Militar, que não tive oportunidade de levar a cabo, acrescentará algo de mais. Quando o escudo e a coroa são acompanhadas da seta somos levados a pensar que tal só poderá ter ocorrido a partir de 1575, mas a verdade é que a seta, ligada ao santo do nome do monarca, já constaria de outras representações (assim M.A. LIMA CRUZ, ob. cit., 223), como se comprova por um conjunto enorme de moedas com seta, algumas já em 1559 (tinha o Rei cinco anos).

ca, mas que chegou até nós, com variadas menções relativas a D. Sebastião, tem a coroa fechada.¹⁰¹

36. As moedas, mandadas cunhar pelos monarcas, têm importância decisiva e fundamental, porque dependem de ordem directa do Rei. Temos lido que D. Sebastião mandou colocar coroa encerrada nas moedas que mandou bater e cunhou.¹⁰² O que se verifica, desde D. João II,¹⁰³ é, como se tem dito, a subtileza já denotada por CASQUILHO relativamente aos selos: aproveitamento da moldura interior para criar um cenário de coroa fechada.¹⁰⁴ A maior parte das espécies mostra a coroa aberta e ainda aberta está nos desenhos de Francisco de Holanda destinados à moeda na Índia, como também nas moedas de S. Vicente que o artista desenhou. Mas, pudemos ver (na internet) algumas moedas de D. Sebastião em que surgem claramente os arcos que encerram a coroa, como aliás é reconhecido.¹⁰⁵ O ponto é importante, apesar de não serem sempre claras ou sequer conhecidas as provisões pelas quais se mandam lavar essas moedas, mas sabemos que o Rei emitia diplomas sobre as moedas que cunhava e os seus dizeres. A seguir a D. Sebastião, o cardeal D. Henrique, os governadores do reino e D. António adoptam nas moedas a coroa fechada.

37. Em cima do arco de S. Sebastião em Setúbal, construído no tempo de “O Desejado”, pode ainda hoje observar-se uma bela pedra de armas com a coroa fechada.¹⁰⁶ Mais aparatosa ainda é a coroa cerrada (e aparentemente forrada) que encima as armas portuguesas no pórtico da Sé de Goa, construída no tempo de D. Sebastião.

38. Não sendo concludentes são relevantes os esquissos e representações pictóricas. Francisco de Holanda, num desenho célebre em que a figura do Rei é delineada pelo exército para a conquista do reino de Fez, D. Sebastião aparece com espada e escudo

¹⁰¹ Encontra-se também no Museu Militar. Cfr. a ilustração do livro de OLIVEIRA SIMÕES, *As armas nos Lusíadas*, ed. Alfa, s/d, p. 149. Este estudo tem já desenvolvimentos que mostram claramente armas com a coroa fechada e a característica seta de D. Sebastião.

¹⁰² ALBERTO GOMES e ANTÓNIO MIGUEL TRIGUEIROS, *Moedas portuguesas na época dos descobrimentos* (Lisboa, 1992), onde se encontra fotografada uma moeda de prata, p.197.

¹⁰³ Aliás o mesmo artifício já se vê em moedas de D. Afonso V. Na reprodução na p. F n.º 36 (final do vol. cit. da *História Genealógica* de A.C. SOUSA), a moeda reproduzida tem claramente os arcos de coroa fechada, com outras moedas de D. Manuel. Na realidade, não vimos tal nas moedas que pudemos observar. Por exemplo, no “justo” (moeda de ouro de D. João II), o Rei aparece, mas com coroa claramente aberta.

¹⁰⁴ Assim, no “engenhoso” (alrunha de João Gonçalves, inventor de Guimarães que inaugurou a cunhagem mecânica e que teria imaginado o método para evitar o cerceio) de 1566, ano em que D. Sebastião fazia 12 anos, numa linha que se encontra também nas moedas de D. Manuel, que sugerem pelo jogo das molduras a coroa fechada.

¹⁰⁵ Assim, o tostão de prata de coroa fechada e numa das cunhagens do engenhoso, se bem me lembro. No livro de ALBERTO GOMES e MIGUEL TRIGUEIROS, lê-se: “supõe-se que o fecho da coroa real terá tido lugar em data posterior a 1573”. Cfr. nota 102. D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA reproduz na *História Genealógica* cit. a moeda de coroa fechada (n.º 87). Sobre as moedas da época e provisões reais, v. págs. 161 s, 198, 250, 319 ss, 465 ss.

¹⁰⁶ Referenciada na *História de Portugal*, coord. de HERMANO SARAIVA, 4.º vol, p. 155.

e toucado por algo que parece uma coroa cerrada. Tal se encontra na célebre “Da fábrica que falece à cidade de Lisboa”, de 1571. Numa ilustração pictórica conhecida no *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*,¹⁰⁷ há também uma forte sugestão.

39. Os selos, “que representam mudamente a soberania e a nobreza”, magnificamente desenhados por Debrie, e que poderemos ver na tantas vezes referida *História genealógica da Casa Real*, de D. Caetano de Sousa,¹⁰⁸ vão dando por vezes desde D. Duarte uma certa ilusão de coroa fechada.¹⁰⁹

40. Os pesos e medidas, que mereceram particular atenção de D. Sebastião, ostentam amiúde a coroa cerrada (assim, na rasa, no almude e na canada, medidas que nas zonas rurais chegaram aos nossos dias) e, por vezes, a seta sebástica. As espécies resultam da reforma de 1575 e encontram-se reproduzidos na internet, sendo exibidas peças muito belas nos museus nacionais e regionais.¹¹⁰ Tal tem concorrido para se considerar 1575 a data em que a coroa real portuguesa surge como cerrada. O ponto é significativo porque a obrigatoriedade de nas medidas padrão (na Corte e nos principais concelhos) constarem as armas reais está expressa na lei de 1575, em que por três vezes D. Sebastião se refere às “minhas armas”.¹¹¹

41. Aparece muitas vezes dito que a bandeira de D. Sebastião levada para Alcácer-Quibir, depois de benzida na Sé no partir da armada, tinha as armas reais com a coroa fechada, o que é referido por cronistas e parece plausível.¹¹²

¹⁰⁷ M.A. LIMA CRUZ, ob. cit., na p. 24 do *hors-texte* ilustrativo reproduz a ilustração, em que D. Sebastião aparece com o escudo tradicional (elmo, grifo e coroa aberta), mas se encontra sentado em “majestade imperial” como se fosse Carlos Magno com os doze pares, a cabeça coberta por uma coroa de formato equívoco (aberta, mas coberta com uma espécie de cúpula em arco ultrapassado, com um penacho, muito à maneira das representações das coroas imperiais). A coroa é do formato sugerido no desenho do “Exército para a conquista do reino de Fez”.

¹⁰⁸ Do mesmo modo algumas das moedas.

¹⁰⁹ Conforme aponta CASQUILHO, no loc. cit., referindo a subtileza, muito patente também nos selos de D. João II que reproduz, tirados da cit. *Hist geneal.* de CAETANO DE SOUSA.

¹¹⁰ V. os belos espécimes existentes nos nossos museus: *Pesos e medidas em Portugal, Catálogo da exposição nacional de metrologia*, Lisboa 1990; no museu do IPQ e em variadíssimos museus nacionais e regionais (réplicas dos pesos e medidas foram mandados para todo o reino). Podem facilmente ser visionados na internet esplêndidos exemplares do Museu Machado de Castro de Coimbra, como aliás no próprio Museu de metrologia do IPQ. Em algumas medidas a coroa está aberta.

¹¹¹ Cfr. *Collecção chronológica de várias leis de D. Sebastião, para servir de apêndice às já publicadas por Francisco Correia* (Coimbra, 1819), p. 36 ss. Deverá notar-se que há certas medidas em que a coroa está aberta, de que decorre um propósito não especialmente determinado, em termos de política interna, como aliás se disse quanto a moedas.

¹¹² M. AUGUSTA LIMA CRUZ, ob. cit., 267. Cfr., também, QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião* (Lisboa, 1943), que não considera verdadeira a colocação da coroa imperial na bandeira. Mas há a considerar o testemunho de Fontana, representante pontifício, que refere a “coroa imperial”. Cfr. Pe. JOSÉ CASTRO, (Lisboa, 1942), 153 e 178 ss. De qualquer modo, é diferente ter trazido uma coroa imperial para ser coroado em Fez (o que consta da carta apócrifa do Moluco – cfr. LIMA CRUZ, ob. cit. 274 –, mas não é verosímil, pois os Reis de Portugal não eram

42. Onde fizemos pesquisa com mais resultados, foi no frontispício dos livros da época, ainda que tal seja trabalhoso porque não estão exaustivamente reproduzidas as portadas nos catálogos, com a honrosa exceção dos acervos da Biblioteca da Universidade de Coimbra.¹¹³

43. O que primeiro nos chamou a atenção foram naturalmente livros de Direito. Parece claro que realmente se fecha a coroa na compilação das *Leis extravagantes*, de Duarte Nunes de Leão, livro publicado por mandado do Rei em 1569. A coroa, para além do aro com florões, é cerrada por um único arco e rematada por uma ponta periforme, sem cruz. Também no mesmo ano e pelo mesmo juriconsulto, no mesmo impressor, as *Anotações sobre as Ordenações dos Cinco Livros* ostentam as armas reais com coroa fechada e idêntico debuxo.¹¹⁴ Notar-se-á que, no texto imediatamente anterior das leis extravagantes, o exemplar da Torre do Tombo de 1566, feito por ordem do regente cardeal D. Henrique, a coroa é aberta. Poderão ver-se aqui os frontispícios dos livros:

coroados). O que é certo, porque há vários testemunhos, é que na bandeira “hía Christo crucificado”, como refere Diogo Bernardes no soneto. “Deixar não podes de ver-te vencida, África...diante de tal Deus e de tal Rei”! V., sobre a questão da coroa fechada e da bandeira, TEIXEIRA PINTO, ob. cit., 36-7. Esta bandeira real é matéria de muitos lances da batalha [LUIS COSTA E SOUSA, *Álcacer-Quibir*, ed. Tribuna (2000), p. 106-7].

¹¹³ Na internet, sob a designação *Alma Mater*, pode-se imediatamente encontrar digitalizações dos frontispícios dos livros antigos da Biblioteca da Universidade. Ainda assim, os catálogos disponíveis (como o da Biblioteca de Évora, em que se encontra uma ou outra reprodução do frontispício) dão-nos pistas e, sobretudo, a obra de A.J. ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Escusado será dizer que ajuda imenso a consulta da obra de D. Manuel II, *Livros antigos portugueses da Biblioteca de S.M. Fidelíssima*, que tem reproduzidas as portadas de muitos livros antigos e únicos. Como se sabe, a riquíssima biblioteca da Casa de Bragança, na posse da Fundação do mesmo nome, está hoje em Vila Viçosa.

¹¹⁴ E igualmente, agora do impressor Francisco Corrêa, datada de 1578, com desenho muito semelhante, mas a coroa fechada encimada por cruz: *Ordenaçam da nova ordem de juyzo, sobre o abreviar das demandas & execuções dellas*” (reproduzido nos *Livros antigos* cit., II, 108). A compilação das leis de Francisco Correia teria certamente as mesmas armas (a olhar para os textos re-impressos).

Gravura 5



Gravura 6



44. Duarte Nunes de Leão era um magistrado importante¹¹⁵ e, próximo do Corte, conhecia certamente as ambições e o “querer grandeza” do Rei de 15 anos. Certamente o mesmo aconteceu com outro próximo do Rei, Pedro Nunes, o grande matemático, que D. Sebastião frequentava por muito gostar de discorrer sobre a navegação e a esfera.¹¹⁶ Em 1573¹¹⁷ publicou *De Arte atque Ratione Navigandi*,¹¹⁸ e lá encontraremos no frontispício a coroa fechada numa imagem igual à que relacionaremos dos livros de Damião de Góis, de que vamos falar.

45. O mais antigo testemunho de coroa fechada que encontramos está em Damião de Góis, na *Crónica de D. Manuel* de 1566, dedicada ao Cardeal D. Henrique, e no pequeno mistério que é a *Crónica do Príncipe D. João*, do ano seguinte, estranhamente dedicada ao Rei D. João III, como se fosse vivo...¹¹⁹ A coroa é encerrada por um arco de volta completa e encimada por uma cruz, sem pomo. Podemos pois datar

¹¹⁵ Sobre os livros referidos, sua reimpressão, e ainda sobre a colectânea ordenada pelo cardeal regente, e relativamente a Duarte Nunes de Leão, v. ALMEIDA COSTA, *História do Direito Português*, 2.^a ed., (Coimbra, 1992), 281 ss; e NUNO ESPINOSA GOMES DA SILVA, *História do Direito Português*, 5.^a ed. (Lisboa, 2011), 349 ss.

¹¹⁶ Como se vê na narração de autoria do próprio D. Sebastião, a propósito da viagem marítima na ida às praças africanas em 1574.

¹¹⁷ Germinava já desde 1569 a ideia africana (Pe. CASTRO, cit., 127).

¹¹⁸ Reproduzido nos *Livros antigos portugueses da Biblioteca de S.M. Fidelíssima*, III vol., p. 64.

¹¹⁹ J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Damião de Góis, o historiador*, in “Memórias da Academia das Ciências”, 1976, p. 210, dá indicação das datas das crónicas de D. Manuel e do príncipe D. João, aliás da mesma tipografia e, na p.234, diz que a Crónica de D. João foi escrita entre 1554 e 1557. Por outro lado, há uma certa efervescência a propósito das memórias dos dois Reis e do seu valor relativo. J. BORGES DE MACEDO, *Damião de Góis e a historiografia portuguesa* (utilizámos texto em francês (Paris, 1982) diz, a propósito: “A polémica à volta dos reis João II e Manuel I durou todo o séc. XVI” (pág. 64). A crónica de D. Manuel é encomendada em 1558, mas já não a de D. João, que é da iniciativa de Góis. (A. e ob. cit. p. 105 e 133). O cultíssimo bibliófilo que foi o nosso último Rei D. Manuel II dá conta já das duas tiragens diferentes da crónica de D. João e do grande lapso que existe entre a sua feitura, cujas datas aproximadas estabelece, e a sua impressão, pondo em relevo o facto de ser dedicada a D. João III, falecido dez anos antes, como se fora vivo. Este é de facto um mistério de que não vimos avançada explicação (talvez pela rapidez da nossa pesquisa) nos variados e doutos estudos sobre Damião de Góis. Nota, contudo, várias situações enigmáticas, GRAÇA ALMEIDA RODRIGUES (“Damião de Góis face à ideologia e ao poder vigente”, *Separata do Arquivo Central Português*, ed. Gulbenkian (Paris, 1977; e no prefácio da edição crítica da *Crónica do Príncipe D. João*, publ. da Universidade Nova de Lisboa). A Crónica de D. Manuel é apresentada a D. Sebastião pelo Cardeal D. Henrique (BORGES DE MACEDO, ob. cit., 153, nota), mas ainda com privilégio real outorgado pelo regente. O que se passou com a Crónica de D. João? Não querendo adiantar explicações, sem autoridade para sequer as formular, faria notar que D. Sebastião, estava a dois anos de assumir o governo, era um grande admirador de D. João II e nele teriam pouco eco as emulações construídas no anterior reinado a propósito do príncipe perfeito e de D. Manuel. Sabe-se que o livro (melhor, o manuscrito) era conhecido na Corte e o “Desejado” gostava de saber dos seus antecessores (desde os 8 anos que se comprazia em ler a vida de seu avô Carlos V). Deveriam agradar-lhe muito as falas cavaleirescas da “Crónica do Príncipe D. João” (indicadas por VERÍSSIMO SERRÃO, p. 266-7).

de 1566, tinha D. Sebastião 12 anos e era regente o Cardeal D. Henrique, a primeira representação clara de coroa fechada nas armas reais.

Eis a imagem:

Gravura 7-1



Gravura 7-2



46. Se pensarmos que Duarte Nunes de Leão, procurador na Casa da Suplicação, devia conhecer o Rei D. Sebastião, desde menino, que o mesmo se passava com Pedro Nunes, com quem D. Sebastião gostava de praticar,¹²⁰ que há notícia de algum contacto directo com Damião de Góis, aliás Guarda-Mór da Torre do Tombo, próximo do Cardeal e homem bem informado,¹²¹ teremos de registar a coincidência. Não queremos, a propósito de imagens conhecidas de livros estudados, encarecer demais esta asserção e, sobretudo, o seu significado. Parece intuitivo que na confecção dos frontispícios está mais livre a imaginação do gravador, não sendo, portanto, absolutamente seguras conclusões do tipo: “a representação corresponde a uma determinação régia”. Mas deve notar-se que estes livros estão dedicados a reis ou ao

¹²⁰ M. A. LIMA CRUZ, ob. cit., 85.

¹²¹ Para além disso, Góis tem uma interessante teorização da ideia de império (v. as transcrições de SALDANHA, ob. cit., 162 s).

regente e, no caso da legislação, são publicados por ordem real: é difícil que um desenho diferente das armas resultasse da mera fantasia do desenhador a quem o livreiro encarregara da tarefa.¹²²

47. Por outro lado, Francisco de Holanda oferece os seus serviços e tem imagens que estimulam a conquista de Fez. E, também, o que se passou na artilharia da Índia e na Sé de Goa com a portentosa coroa fechada certamente o foi por ordem dos Vice-Reis, obviamente da confiança de D. Sebastião. Eram pois pessoas chegadas ao Rei e aos seus desígnios e que teriam conhecimento do projecto marroquino. Já muito jovem o Rei cuidava em passar a África e, depois de Alcácer-Quibir, o pregador das exéquias bem deplora o menino “criado com fumos de imperador de Marrocos”, “entonado por tantos capelos”. Ainda assim parece forçada a sugestão no rosto de livros de autoria duma personalidade como Damião de Góis, que os dedica ao Cardeal e ao defunto D. João III e não ao Rei menino de 12 anos. Seguramente a coroa cerrada ia ao encontro da ideia de D. Sebastião da honra e grandeza do reino, mas é de interrogar novamente: que diferença faria a campanha de África e uma hipotética suserania sobre o Xarife Mulei Mahamet num Império tão vasto...

§ 6.º Conclusão

48. Ficaré um esboço de conclusão.¹²³ Poderemos fixar em 1566¹²⁴ a datação da coroa cerrada, quase 10 anos antes da data até hoje atribuída (1575) e antecipando um pouco o fim da regência e o governo efectivo de D. Sebastião (1568). Será difícil atribuir a um rapaz de doze anos ordens ou sequer sugestões para tal representação, ainda que obviamente o autor do livro (Damião de Góis) pudesse estimar quanto isto lisonjearia o jovem Rei. Por outro lado, a coroa fechada coexistiu durante todo o reinado com representações de coroa aberta, como mostrámos, sobretudo nas moedas que eram a mais visível face do Poder. A ideia de império e o engrandecimento do poder real, constantes em todo o século XVI, certamente seriam favoráveis ao cerramento da coroa, mas seguramente não o exigiram em Portugal. O ponto parece ser outro. Já passada a metade do século, em que continuava fortíssima a importân-

¹²² ANA ISABEL BUESCU, ob. cit., 185, exactamente a propósito da impressão das leis, faz notar a importância da tipografia na difusão da legislação, poderes e iconologia da coroa.

¹²³ Não houve tempo de efectuar averiguações mais completas. Sem prejuízo de revisitar o tema, a verdade é que ele exige seguramente a colaboração de vários saberes e de uma capacidade historiográfica maior de que a deste simples curioso.

¹²⁴ Nessa data, D. Sebastião tinha 12 anos e estava a dois anos de governar (governo aliás muito limitado pela presença da avó e do tio como de aconselhamento instituído e que causava não pouco mal-estar). Não excluimos, obviamente, que se encontre data ainda mais recuada que 1566, também na regência do cardeal D. Henrique, a quem como não só não repugnaria a coroa fechada, como a usou já como rei em moedas e selos e outras representações (como aliás não poderia deixar de ser para não se diminuir junto ao sobrinho, Filipe II de tão desagradáveis pressões e pretensões), que tinha definitivamente cerrado a coroa espanhola ao cingi-la...).

cia da imagem e dos símbolos, o uso da coroa fechada por parte dos monarcas ingleses e franceses e por Filipe II (e não se conhecendo reacção contrária do Imperador) exigia que Portugal não se deixasse ficar para trás. Tudo isto leva a excluir qualquer ligação da coroa fechada com a ambição de D. Sebastião do senhorio das plagas africanas, onde morreria em 1578, e com a ideia mais que improvável de se sagrar imperador de Marrocos. Atrevo-me a cuidar que se tratou da afirmação de Portugal num difícil jogo de poderes, de alguém como “O Desejado” que não sofria subalternações: “pela honra do reino porei a vida muitas vezes”, ...“pela honra e fé porei honra, vida e tudo”.¹²⁵

49. Deixa-se uma sugestão como nota final e que talvez seja útil para os estudos de história das relações internacionais.¹²⁶ Seguramente que a correspondência mais formal dos nosso Reis e aquela que valia como cartas credenciais têm selos com a simbologia que internacionalmente a monarquia portuguesa no século XVI pretendia apresentar. Não sabemos até que ponto essa correspondência, sobretudo a historicamente relevante, tem sido disponibilizada, tratada e copiada para estudo, mas pensamos que modernamente se tornou fácil e quase sem custos fotografar documentos, que ficam reproduzidos com grande resolução. Para além do que se faz em matéria de cooperação internacional,¹²⁷ será ousado pensar que a nossa representação diplomática no Vaticano, em Viena, Paris, e Madrid¹²⁸ poderá sem intransponíveis dificuldades obter cópias fotográficas desta e doutra documentação sobre as relações com Portugal, o que deve possuir um interesse histórico enorme? Acessoriamente,

¹²⁵ Já este texto estava em composição, quando atentamos em que a mesma hipótese do Rei que “fechou a coroa” ... “não por generosa altivez” é confirmada na *História Sebástica*, 1735, de Frei MANUEL DOS SANTOS, p. 150-151: tal teria sido, ainda que “verdadeiro Emperador” ... “por não se mostrar inferior”.

¹²⁶ Sobre o tema chegou-me recentemente às mãos um artigo sobre os documentos existentes em arquivo nacional. Trata-se de um texto de MARIA DO CARMO JASMINS DIAS FARINHA, “Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo”, do Serviço de publicações do ANTT, que narra objectivamente as transferências de documentos e que se lê com preocupação. O texto é datado de 1990: sendo certo que muitos dos aspectos narrados não terão remédio, resta a esperança de que as coisas tenham entretanto mudado.

¹²⁷ Temos notícia de que existem já instituições que procuram reunir a documentação histórica com interesse comum à Iberoamérica. No âmbito da UE bem se podiam estabelecer mecanismos de partilha arquivística relativa às relações recíprocas dos vários Estados-membros (e dos Estados a que sucedem), o que é essencial para que a Europa tenha consciência de si própria. Tal poderia ser feito num âmbito temporal de que não resulte especial melindre: por exemplo restrito aos documentos até ao século passado. Supomos que a Santa Sé, com a qual o relacionamento diplomático foi no século XVI fundamental, tem quanto àquele período uma política de arquivo aberto ou pelo menos de facilitação de consulta.

¹²⁸ Referimos as sedes da representação diplomática nos países mais relevantes para o efeito, sendo que, em Espanha, os documentos do tipo que referimos estarão dispersos não só no “Archivo Nacional de España” e outros relevantes para a época como nas “Descalzas Reales” em Madrid, mas também no Arquivo de Simancas e em Sevilha no “Archivo General de Indias”. Na Alemanha, onde há tantos testemunhos portugueses inexplorados, encontrar-se-á certamente farta documentação, possivelmente nos arquivos do Estado da Baviera.

conseguiríamos acesso aos selos e marcas de sinete, que têm seguramente assinalável valor artístico, se forem semelhantes às espécies que constam dos elegantes desenhos da obra de D. António Caetano de Sousa,¹²⁹ para além de adiantarem muito aos nossos estudiosos de sigilografia. E ficaria melhor resolvido o pequeno enigma de que aqui deixo algum contributo para solucionar.

¹²⁹ Referimos as reproduções desenhadas na *História Genealógica*, tantas vezes aqui citada.